

ENTRE INVENÇÕES E REPRESENTAÇÕES: A AMAZÔNIA CONCEBIDA PELAS NARRATIVAS

BETWEEN INVENTIONS AND REPRESENTATIONS: THE AMAZON CONCEIVED BY THE NARRATIVES

Emilly Nayra Soares Albuquerque¹

Jeissyane Furtado da Silva²

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de dialogar com autores que se propuseram a repensar os escritos amazônicos, mediante uma perspectiva de desconstrução de concepções que narraram a região enquanto exótica, atrasada e primitiva, repensando as estruturas de dominação, baseada em uma definição de uma Amazônia inventada, a partir de parâmetros que articularam elementos identitários, exercendo uma autoridade sobre ela e sobre os povos que nela habitam. Utilizamos Gondim (2007) em suas reflexões sobre uma invenção da Amazônia, iniciada a partir do processo de colonização, problematizando as categorizações de Cunha (1999) pela sua apresentação da região como um vazio demográfico, terra sem história e demais definições que também ressaltamos em Batista (2006), ambos constituindo uma narrativa de inferioridade em comparação ao que estava determinado enquanto modelo de “civilização”. Em Certeau (1982) utilizamos percursos teóricos em torno das construções de representações que se estabelecem como uma produção do real, assim como as produções discursivas que produzem seus domínios sobre o outro, que aparece narrado e determinado a partir de uma referência de sociedade. Para a proposta de desconstrução dessas narrativas, dialogamos com Albuquerque Júnior (2012) pelas suas contribuições em torno das construções de estereótipos em torno de grupos e regiões, ressaltando os efeitos dessas construções, assim como também as perspectivas articuladas por Albuquerque (2016), em uma proposta de rompimento com sentidos e representações que buscam homogeneizar o território amazônico como um conceito natural.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Narrativa. Representação.

ABSTRACT

This work aims at dialoguing with authors who proposed to rethink the Amazonian writings, through a perspective of deconstruction of conceptions that narrated the region as exotic, backward and primitive, rethinking the structures of domination, based on a definition of an invented Amazon, from parameters that articulate identity elements, exercising authority over it and the peoples that inhabit it. We used Gondim (2007) in his reflections on an invention of the Amazon, initiated from the colonization process, problematizing the categorizations of Cunha (1999) for his presentation of the region as a demographic void, land without history and other definitions that we also emphasized in Batista (2006), both constituting a narrative of inferiority in comparison to what was determined as a model of "civilization". In Certeau (1982) we used theoretical paths around the constructions of representations that establish themselves as a production of the real, as well as discursive productions that produce their domains over the

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade. Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: emillynayras@gmail.com

² Mestra em Letras: Linguagem e Identidade. Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: jeissyfurtados@gmail.com

other, which appears narrated and determined from a society reference. For the proposal of deconstruction of these narratives, we dialogue with Albuquerque Júnior (2012) for his contributions around the constructions of stereotypes around groups and regions, highlighting the effects of these constructions, as well as the articulated perspectives by Albuquerque (2016), in a proposal of rupture with senses and representations that seek to homogenize the Amazonian territory as a natural concept.

KEYWORDS: Amazon. Narrative. Representation.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem o objetivo de estabelecer diálogos entre autores que buscaram refletir a Amazônia a partir de suas representações, construções elaboradas desde os cronistas de viagem, no período colonial, perpassando por intelectuais brasileiros do século XX, que produziram obras categorizando o espaço amazônico pautados em uma estrutura de civilização e pelo discurso científico, da ciência enquanto uma reparação para a instauração da “ordem” e do “progresso”. Desse modo, as escolhas dos autores selecionados para compor esse diálogo, perpassam pelas suas perspectivas de identificação dessas construções amazônicas, a partir do olhar daqueles que estavam distantes das especificidades da região, pautados em um modelo europeu, submetendo as demais organizações humanas a partir de um padrão de sociedade.

Pensando nessas construções narrativas, elaboradas por sujeitos que se encontravam assegurados de uma legitimidade para categorizar a região, utilizando o elemento comparativo para determinar o que tornava essa região “fora” ao que estabeleciam como modelo de “ordem” e “desenvolvimento”, realizamos uma revisão bibliográfica com o intuito de identificar autores que elaboraram uma proposta de problematização dessas narrativas.

Ao refletir que por trás de escritas, que se apresentam como impressões e características sobre a Amazônia, conclui-se que há uma categorização pautada em parâmetros estabelecidos para tratar todo grupo ou lugar que se difere do seu com estranheza, estabelecendo um distanciamento carregado de preceitos que evitam outras possibilidades de compreensão, impossibilitando uma historiografia que seja marcada pela experiência daqueles que viveram/vivem na região e na identificação das especificidades que a compõem. Assim, a proposta tem como objetivo lançar perspectivas que nasçam a partir do próprio lugar, rompendo com modelos de concepções constituídas fora das particularidades do meio.

Nessa perspectiva, articulamos reflexões a partir de Gondim (2007), evidenciando suas

discussões em torno de uma Amazônia inventada desde os relatos de viajantes, que a partir de invenções, fantasiavam riquezas e apropriações sobre uma região que se apresentava como um “um desconhecido”, misterioso, de modo a despertar um interesse motivado pelo acúmulo de bens e usurpação dos recursos naturais. São nesses escritos, elaborados por sujeitos que vislumbraram a região como um paraíso perdido sobre a terra, que buscamos entender a força da escrita, enquanto um marco de dominação sobre territórios e suas populações.

Em Albuquerque Júnior (2012), buscamos evidenciar suas reflexões em torno da constituição de preconceitos que se instituíram sobre um lugar, que passa a ser conhecido por uma categorização carregada de estereótipos, articulando uma “definição” marcada pela diferença, posto em uma situação inferior em relação ao grupo que o definiu de determinada maneira. Nessa proposição de problematização das narrativas constituídas a partir de um olhar externo, logo, daqueles que detinham referências distintas das especificidades da região, mas que instituíram narrativas, disseminadas e adotadas enquanto “verdades” naturalizadas, estabelecemos diálogos com Albuquerque (2016), ressaltando sua proposta de problematizar concepções, incluindo a nomenclatura Amazônia, imposta como terminologia para denominar a região de maneira homogênea, resultante de uma proposta colonial de dominação.

Para a articulação dos diálogos com os autores supracitados, utilizamos concepções teóricas de Certeau (1982), identificando a escrita, o ato de nomear, como uma estratégia de dominação, bem como as representações que se constituem, enquanto expressão do real. Em contrapartida, estas se encontram tecidas a partir de estruturas que buscam introduzir um padrão de sociedade, estabelecendo dualismo entre o que se expõe como desenvolvido, e o que se encontra à margem desse desenvolvimento.

2 (DES)CONSTRUINDO NARRATIVAS AMAZÔNICAS: REFLEXÕES TEÓRICAS

Em seus postulados teóricos, Gondim (2007) apresenta reflexões sobre como a Amazônia foi inventada pelo imaginário europeu, a partir de um modelo constituído pela própria Europa, com base em uma construção que ressalta a “conquista”, “descobrimento” e “civildade”. Nessa perspectiva, identificamos que essas narrativas se consolidavam desde os relatos elaborados pelos viajantes, em destaque aos que não tiveram contato com a região, mas se baseavam em exposições anteriores de cronistas, para aderir a uma “certificação”, “comprovando” através da escrita as concepções de uma Amazônia enquanto um paraíso perdido e encantando, ainda que também se apresentasse como uma região “infernai”, com seres

indefinidos, denominados a partir de concepções de mundo daqueles que se colocavam na condição de “conquistadores”.

Percebemos que o poder daquele que escreve sobre a região adquire uma condição de apresentação de uma “realidade”, que para a autora de *A invenção da Amazônia*, despertava o interesse daqueles que almejavam adquirir riquezas em um “paraíso” terrestre, constituído a partir de construções ideológicas das escrituras sagradas, ao acentuar a sonhada empreitada de encontrar riqueza em abundância e, assim, relatando uma quantidade exorbitante de ouro, metais, preciosos e a existência de um rio conservador da juventude eterna.

Nessas representações que se constituíam entre o real e fantástico, articulados nesses textos de viagem sobre a Amazônia, nos apropriamos de Certeau (1982) no que concerne as suas concepções de uma escrita conquistadora, revestida de uma autonomia para escrever sobre o outro, inserindo aquele que se encontra condicionado a ser tutelado, incapaz de produzir sua própria construção histórica. Ao escrever se inicia um processo de dominação, pela autoridade de um saber dizer sobre o que se pretende narrar, no qual a escrita, segundo o autor, também representa um encerramento, instituindo uma apropriação de submeter a uma narração, a partir de suas referências.

Para Michel de Certeau, a historiografia se ocupa em determinar o que deve ser estruturado sobre o passado, incluindo o que deve ser dito, gerando exclusões e determinando que concepções prevaleçam sobre outras, que se tornam impensáveis, caso não ocorra uma reflexão desse processo historiográfico para além das estruturas que os formulam. Desta forma, essas invenções e apropriações aparecem amparados de um poder político, de modo que o outro se apresente enclausurado em suas estruturas de dominação:

Uma estrutura própria da cultura ocidental está, evidentemente, indicada nesta historiografia: a inteligibilidade se instaura numa relação com o outro; se desloca (ou “progride”) modificando aquilo que faz seu “outro” – o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro mundo. Através dessas variantes, heterônomas entre si – etnologia, história, psiquiatria, pedagogia, etc. – se desdobra uma problemática articulando um saber-dizer respeito daquilo que o outro cala, e garantindo o trabalho interpretativo de uma ciência (“humana”), através da fronteira que o distingue de uma região que o espera para ser conhecida (CERTEAU, 1982, p. 15).

A região amazônica perpassa por narrações que se debruçam a categorizá-la em um estado de selvageria, improdutiva por não estar habitada por homens que atuassem enquanto mão de obra para o desenvolvimento de atividades econômicas, galgadas como uma “necessidade”, para que assim alcançasse essa condição de “civildade”. Esses discursos são encontrados em Euclides da Cunha (1999), intelectual, ocupante de cargos oficiais, de formação

militar, escritor utilizado como referência por muitos intelectuais, em virtude de seus escritos, que tratam de “impressões” sobre a Amazônia, estabelecendo aspectos comparativos que a modulavam à margem da civilização, destacando elementos naturais, tais como clima e a flora em desconformidade com as características necessárias para alcançar o pretendido progresso.

Nessa perspectiva, destacamos Euclides da Cunha, pela sua influência aos intelectuais que utilizaram como referência para constituir obras sobre a região, categorizando-a mediante uma ideia que desconsidera qualquer outro modo de viver e de se relacionar com o espaço que habita, que não esteja em sincronia com o que se estabelece como padrão. Em contrapartida, outros escritores utilizavam da mesma perspectiva eurocêntrica para narrar a região, assim como Arthur Cezar Ferreira Reis, intelectual, de carreira política, influente pelas suas preposições positivistas para inserir a Amazônia em estratégias políticas, objetivando a gerência de um poder econômico eminente na região.

Contudo, mesmo partindo do pressuposto de entender a temporalidade em que as obras desses autores foram construídas, ao que consiste as estruturas nos quais estavam inseridos, o que destacamos é a disposição da escrita para constituir uma dominação sobre uma região ou um grupo de indivíduos, que a partir da estrutura utilizada como base para a elaboração dessas concepções, são inexistentes e, quando aparecem, são postos em depreciação, por não estarem em conformidade à ordem instaurada:

O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita (CERTEAU, 1982, p. 21).

Mediante essa perspectiva, de estabelecer uma fidelidade ao real, discutimos as representações com a sua impossibilidade de criar uma relação com o verídico, sendo necessário problematizar essas concepções instauradas como uma ação de representar uma “realidade”.

3 AMAZÔNIA(S): LÓCUS EM CONCEITUAÇÃO

Muitas vezes, inalcançável ao ser dita, essa representação deve ser refletida pelo campo da linguagem, compreendendo que esse âmbito deve ser entendido enquanto um campo de disputa política, não como um sistema com capacidade de apreensão do real, mas composto por uma rivalidade entre os poderes predominantes, de forma que através da linguagem se determine o que deve ser dito e excluído, ou subjugado como fora da ordem instituída para atuar como uma

“normalidade”. Assim, pensamos essas narrativas amazônicas a partir de sua estruturação condicionada a uma “verdade”, justificando intervenções, invasões e toda a usurpação, tanto dos recursos naturais, como da interferência aos modos de vida existentes.

Ao perpassar por temporalidades dos distintos autores, desde as narrativas de viajantes, identificamos esses escritos como composições constituídas a partir das determinações do local que foram constituídos. Portanto, essas narrativas estão atravessadas por jogos simbólicos e estratégias políticas, estruturadas mediante uma estabilidade a um “poder dizer”, garantida por regimentos que asseguram uma estruturação de concepções enquanto verdade, assim como a representação da Amazônia como um vazio, ligada ao atraso, por não se estabelecer enquanto “progresso” mediante a ordem vigente. Dessa forma, por se encontrar afastada do modelo que se institui como ideal, detentor das características moldadas a exercer um comando sobre o que será considerado impróprio e inadequado para ser “aceito”, a partir do que se difere da proposta de padronização, identificamos que essa região aparece narrada por indivíduos que possui uma legitimação de sua fala perante a sociedade.

Para o fortalecimento dessas representações, o discurso científico aparece como um agente de comprovação, com predisposição para regulamentar práticas intervencionistas, concebidas enquanto oportunas para transformar a região amazônica ao que consideram como progresso. Nesses parâmetros, identificamos autores defensores da intervenção de mecanismos científicos, como Batista (2006), que justifica essas ações como uma necessidade eminente para que o território amazônico “colaborasse” com o plano econômico do Brasil, apontando a ciência como “salvadora” e possibilitando a reversão desse estado natural da região em poder econômico, ao corroborar com uma proposta de “desenvolvimento”.

Mediante essas proposições de uma produção discursiva, elaborada a partir de uma visão do outro, utilizamos reflexões levantadas por Albuquerque Júnior (2011), para pensar a formação dessas produções discursivas, que instituem um poder sobre esse “outro”, fortalecendo a condição de dominação daquele que se apresenta como autoridade para estabelecer essas narrativas, enquanto uma produção de uma “realidade” instituída como uma fidelidade ao real. Desse modo, o autor estabelece concepções para refletirmos como o próprio corpo carrega essas marcas de categorização, enraizadas pelas demarcações que asseguram a sua diferença, inserindo um condicionamento de inferiorização:

Muitas das coisas que pensamos, a maneira como imaginamos, vemos e dizemos certos povos e nações, foram produtos de todo um processo histórico marcado pela colonização, pela produção de sentido para o outro a partir de uma metrópole hegemônica, não apenas econômica e politicamente falando, mas inclusive que detinha

o monopólio sobre a escrita e sobre o poder de produzir sentido, de escrever e falar sobre o outro. Muitos dos conceitos e preconceitos foram produzidos pelos colonizadores europeus, por isso é importante revisá-los e criticá-los. E o primeiro passo é saber como e por que foram produzidos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 11).

Em diálogo com as perspectivas levadas pelo autor, identificamos de que forma esses parâmetros se fazem presente em nossas concepções de mundo, nos colocando na condição de inferiorizado, incapacitado de estabelecer nossas próprias referências no tocante às relações estabelecidas com os outros indivíduos e com lugar que habitamos. Desse modo, refletimos que essas construções discursivas alcançam seus efeitos a partir do campo da linguagem, na medida em que ela opera como um sistema de códigos, objetivando a comunicação. No entanto, como se constitui a partir de uma escolha política, atinge um posicionamento predominante daqueles que se encontram no controle dessa rede de poder vigente.

Uma proposta de desconstrução precisa ser iniciada a partir de uma suspeição sobre tudo que se apresenta em nosso cotidiano como naturalizado, concepções que incorporamos sem realizar a devida refutação sobre as circunstâncias e arranjos que envolvem, como é o caso da Amazônia, que se encontra inserida em um discurso de intervencionismo e necessidade de alteração de seus elementos naturais, por não estarem em conformidade ao que se institui como modelo de civilização. Esse discurso de civilização se incorpora em nossas concepções, de modo a nortear a nossa subjetividade, ordenando nossas relações humanas e com o lugar que nos encontramos inseridos, sobretudo em nossos corpos, que passam a ser marcados por esse sistema que incorporamos de modo natural, sem problematizá-lo enquanto construções humanas.

É sobre esse processo histórico definido pelo colonialismo, destacado por Albuquerque Júnior (2012), que devemos refletir sobre a própria denominação Amazônia, considerando que essa nomenclatura instaura uma generalização para se pensar a região, negando suas diversidades étnicas e toda a sua extensão que se integram em diferentes países. A exemplo disso, temos o Brasil, delimitado por outras conceituações, como é o caso do termo *Amazônia legal*, utilizado em propostas desenvolvimentistas, pautados na exploração de seus recursos em prol de um “progresso” para essa Amazônia que se encontra nos estados brasileiros. Nessas construções, a região se institui como um território a ser “explorado”, pautadas em aspectos econômicos e políticos que encerram qualquer perspectiva distinta dessa estrutura de organização, que se impõe como um desafio a ser alcançado, ancorado em uma proposta de integração da Amazônia, reiterando a representação do isolamento, estremado como distante das regiões em destaque na esfera política.

Albuquerque (2016), em seus postulados, nos propõe um desmonte dessas concepções instituídas para a Amazônia, de modo a pensarmos para além das estruturas que regimentam corpos, ordenamentos, e que se dizem saber sobre nossas vivências, em um território constituído a partir de preposições que eliminam qualquer das novas possibilidades de compreensão sobre o lugar que experienciamos. Nessa perspectiva, percebemos que o autor institui uma proposta de renúncia dos parâmetros que seguimos como natural incluindo as construções de “identidades” que revelam uma dominação sobre nossas próprias vivências, passando a estabelecer uma categorização que geram identificações elaboradas a partir de estereótipos, como aqueles que apresentam a região relacionada ao “atraso”:

O amazonialismo é um conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a “Amazônia”, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo: uma “Amazônia” ou a “Amazônia”, grafada pela escrita de distintos viajantes desde o advento da “modernidade”. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 78).

Até mesmo nessa “descrição” da Amazônia, caso não seja realizado problematizações que reflitam sobre os lugares em que se originaram e as intencionalidades que entrelaçam seus usos, absorvemos essa categorização como uma naturalização de sentidos, adotando-os sem repensá-los em seu poder de julgamento sobre um lugar, articulando e disseminando representações que não revelam o real, mas institui uma relação de dominação, através da construção discursiva. Assim, é necessário compreender que esse ato de “descrever” remete a utilização de elementos concebidos a partir da referência daquele que escreve. Logo, se a região se encontra escrita ao longo de seu processo histórico, enquanto um vazio demográfico, imóvel e monótona, é porque os parâmetros daqueles que a observaram e instauraram uma subjugação camuflada de mera descrição “objetiva”, se encontram pautados em parâmetros constituídos externamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos um diálogo entre autores que estabeleceram investigações em torno da Amazônia como uma narrativa pautada na invenção, na representação e na constituição discursiva, que a definiram com categorizações estabelecidas a partir de um modelo eurocêntrico, que desde o contato com a região, se colocaram enquanto produtores de sentidos para esse lugar amazônico, que julgaram como conceituações relacionadas a um território “sem história”, “incivilizado” e em desconformidade à proposta de progresso.

Refletindo sobre os efeitos dessas produções, podemos ponderar como esses julgamentos se estabelecem enquanto referências ao nosso modo de interpretar o mundo, impossibilitando o entendimento que existem outras formas de organizações humanas, que não estão pautadas em uma estrutura de poder, mas que se encontram silenciadas, dirimidas por não se moldarem a partir das padronizações impostas, naturalizadas de modo a configurar nossas formas de estabelecer relações sociais com o meio em que estamos inseridos.

Nessa proposta de desconstrução de narrativas que subjagam nossas experiências, é necessário problematizar as composições solidificadas como verdades imutáveis, entendendo que essas produções de sentidos operam enquanto relações de poder que, para além delas, concebem novas perspectivas e trajetórias, que se sucumbem em meio aos ordenamentos. Desse modo, existem outras produções que são irreveláveis pelo campo da linguagem, possível de entendermos desde que seja realizado mediante um rompimento com as concepções que se instauram como verdades, repensando esse âmbito da linguagem enquanto uma produção política, exercida por uma ordem e por uma estrutura vigente que escolhe o que deve ser produzido, realizando suas incorporações e inclusões, sem que seja perceptível sua atuação enquanto espaço de dominação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE, Gerson. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor Sarraf. **Uwa'kürü Dicionário Analítico**. Rio Branco – Acre, Editora Nepan, 2016.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. 3ª edição. Manaus: Valer, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

Data de submissão: 07/09/2020

Data de aprovação: 08/09/2020